

N. F. Nº - 217449.0180/19-2  
NOTIFICADO - PETYAN INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA  
NOTIFICANTE - RAIMUNDO COSTA FILHO  
ORIGEM - IFMT METRO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20.11.2020

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0378-06/20NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. REMESSA DE MERCADORIA PARA ZONA FRANCA DE MANAUS – FALTA DE EMISSÃO DO PIN. Contribuinte deixou de emitir o PIN (Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional) nas saídas de mercadorias para Zona Franca de Manaus. Contribuinte comprovou a emissão do PIN como estabelece o Convênio ICMS 134/2019 em vigor desde 12/07/2019, que revogou o Convênio ICMS 23/08. Infração insubsistente Instância única. Notificação Fiscal. **IMPROCEDENTE.** Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 31/10/2019, em que é exigido o ICMS no valor de R\$12.925,95, e multa de 60% no valor de R\$ 7.755,57, perfazendo um total de R\$ 20.681,52, pela falta de emissão do PIN-e na remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus.

Infração 01 - 58.01.04 Falta de destaque do ICMS nas saídas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus sem ter sido feita a prévia comunicação à repartição fazendária do seu domicílio fiscal e, consequentemente, sem o documento fiscal estar devidamente visado.

Enquadramento Legal: art.1º, inciso I e art.38 da Lei 7.014/96 c/c art.265, inciso XII, § 1º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12.

Multa prevista: art.42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96.

O Notificante assim descreveu no Termo de Apreensão nº 2174491048/19-0 a motivação da lavratura da Notificação Fiscal:

“Aos dias, mês e hora do ano em curso, no exercício regular das funções fiscalizadoras, constatamos a irregularidade no veículo de placa MGI2578, que transportava as mercadorias constantes do(s) DANFE(s) chave(s)

29191014986335000135550010001728151000794219

29191014986335000135550010001728141000351670

29191001176077000775570010001118351061118357(CTe)

2919100117607700075580010000187901142187900 (MDFe)

Apresentando as seguintes irregularidades:

Mercadorias destinadas ZFM (Zona Franca de Manaus) desacompanhada do PIN (Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional).

Falta de emissão do PIN e a sua consequente apresentação ao Fisco para acobertar a Operação com isenção de ICMS.

Operação em desacordo com o previsto na RICMS/BA e o Convênio 65/86 e Convênio 134/19.”

Constam no processo os seguintes documentos: Termo de Apreensão nº 2174491048/19-0 (fls.04/05); cópia do DAMDFE (fl.06); cópia do DACTE (fl.07); cópia dos documentos do motorista

e do veículo, (fl. 08); DANFES 172815, 172814 (fls. 10 a 14).

A Notificada entrou com a justificação através de advogado, com anexo (fls.24 a 43), fazendo inicialmente uma descrição dos fatos que ocasionaram a Notificação Fiscal:

Diz que para que se possa compreender a querela ora posta, é importante de logo registrar que as operações de venda de produtos industrializados à Zona Franca de Manaus é uma atividade ISENTA de ICMS, no caso concreto, todavia, o ilustre autuante afirma que a impugnante teria descumprido condição para fruição do benefício. Afirma que a impugnante teria deixado de emitir PIN para acobertar a operação, por conta desse fato, aplicou no caso concreto o disposto no art. 38 da Lei do ICMS, segundo o qual se o contribuinte não satisfazer condição obrigatória para usufruir do benefício, o tributo a ele relativo deverá ser cobrado.

Ressalta que não há como sustentar a autuação, que em primeiro lugar, o PIN para acobertamento da operação fora efetivamente emitido pela impugnante no dia 30/10/2019, conforme se provará através da juntada dos documentos 03 e 05 em anexo, e, em segundo lugar, ainda que não tivesse sido emitido – sua falta não atrairia a incidência do referido art. 38, dado que o PIN não é condição obrigatória à fruição do benefício.

Registre-se que as referidas notas foram emitidas em 30/10/2019, às 14:47:24, ao passo que os PINs respectivos foram emitidos no mesmo dia 30/10/2019 às 17:59:17, ora tendo o termo de apreensão e a autuação ocorrido no dia 31/10/2019, respectivamente às 11:09:00 e 11:45, está documentalmente provado que, a à época da fiscalização, os PINs que sustentavam a referida operação já estavam emitidos.

Informa que o autuante equivocou-se ao aplicar o art. 38 da Lei 7.014/96, ao considerar que a emissão do PIN seria condição para concessão de isenção para a venda realizada à ZFM e, assim, considerar como tributada a operação, isso porque as condições para a fruição de tal benefício estão listadas nas alíneas do inciso XII e no § 1º do art. 265 do RICMS/BA, sendo assim, não poderia o Fisco considerar a emissão do PIN como condição para a fruição do benefício de isenção, dado que a legislação assim não prevê.

Em razão de tudo quanto exposto e o que mais nos autos consta, pede a impugnante que o auto de infração seja considerado integralmente improcedente e caso seja ultrapassada este pedido, pede-se que se reconheça a isenção da operação, cobrando-se apenas a multa do art.42, X da Lei 7.014/96.

#### **VOTO**

Essa Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS das mercadorias enviadas para a Zona Franca de Manaus, pela falta de emissão do Protocolo Nacional Eletrônico (PIN-e).

A remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus é isenta de ICMS e está regulamentado pelo Art. 265, inciso XII do RICMS/BA e os procedimentos relativos aos controles do ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, estão estabelecidos pelo Convênio ICMS 134/2019 de 05 de julho de 2019.

Conforme o Convênio ICMS 134/2019, que revogou o Convênio ICMS 23/2008, foi instituído pelo SUFRAMA o Sistema eletrônico que servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste Convênio. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN-e gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório e de responsabilidade do remetente das mercadorias, para estas operações, que fará a solicitação de Registro eletrônico para a geração do PIN-e.

*Art. 265. São isentas do ICMS:*

*(...)*

*XII - as operações com produtos industrializados de origem nacional, nas saídas para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, exceto armas, munições, perfumes fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e açúcar de cana, observado o disposto no § 1º deste artigo e as condições a seguir (Conv. ICM 65/88):*

(...)

a) salvo disposição em contrário, o benefício é condicionado a que o estabelecimento destinatário esteja situado no Município de Manaus;

(...)

c) a isenção é condicionada à comprovação da entrada efetiva dos produtos no estabelecimento destinatário;

(...)

e) o benefício e as condições contidos neste inciso ficam estendidos às operações de saídas dos referidos produtos para comercialização ou industrialização:

(...)

3 - na Área de Livre Comércio de Guajaramirim, no Estado de Rondônia (Conv. ICMS 52/92);

#### CONVÊNIO ICMS 134/19, DE 5 DE JULHO DE 2019

Publicado no DOU de 12.07.19, pelo Despacho 50/19.

Alterado pelo Conv. ICMS 237/19.

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, na 173ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de julho de 2019, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

#### C O N V Ê N I O CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira - A Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA - e as Secretarias de Estado da Fazenda e Finanças dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia - SEFAZ - promoverão ação integrada de fiscalização e controle das entradas de produtos industrializados de origem nacional, remetidos a destinatários localizados na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no Convênio ICM 65/88, de 6 de dezembro de 1988, Convênio ICMS 52/92, de 25 de junho de 1992 e o Convênio ICMS 49/94, de 30 de junho de 1994.

§ 1º A ação integrada prevista no caput desta cláusula tem por objetivo a comprovação do ingresso de produtos industrializados de origem nacional nas áreas incentivadas.

§ 2º Toda entrada de produtos com incentivos fiscais prevista no caput desta cláusula fica sujeita, também, ao controle e fiscalização da SUFRAMA, no âmbito de suas atribuições legais, que desenvolverá ações para formalizar o ingresso na área incentivada.

§ 3º Para os efeitos deste convênio, o remetente e o destinatário deverão estar regularmente inscritos no Sistema de Cadastro da SUFRAMA e da SEFAZ.

Cláusula segunda - Sistema eletrônico instituído pela SUFRAMA servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste convênio.

Parágrafo único. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN- e - gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório para estas operações.

#### CAPÍTULO II DO INGRESSO

Cláusula terceira - A regularidade fiscal das operações de que trata este convênio será efetivada mediante a disponibilização do internamento na SUFRAMA como evento na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Parágrafo único. Considera-se não efetivada a internalização a falta de registro do evento após o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão da NF-e, exceto nos casos de vistoria extemporânea, requerida neste prazo.

#### Seção I Do Ingresso

Cláusula quarta - A formalização do ingresso nas áreas de que trata este convênio dar-se-á no sistema de controle eletrônico, previsto na cláusula segunda deste convênio, mediante os seguintes procedimentos:

I - solicitação de Registro eletrônico, sob responsabilidade do remetente, para geração do PIN-e;

II - confirmação do Registro eletrônico, pelo destinatário, antes do ingresso dos produtos nas áreas incentivadas de que trata este convênio, para geração do PIN-e;

III - desembaraço da NF-e na SEFAZ do estabelecimento destinatário;

IV - confirmação pelo destinatário no sistema de que trata o caput, do recebimento dos produtos em seu estabelecimento, após procedimento do inciso III do caput desta cláusula;

V - disponibilização do canal de vistoria pelo sistema de que trata o caput desta cláusula, conforme critérios de parametrização adotados pela SUFRAMA;

VI - cruzamento dos dados de desembaraço da SEFAZ do estabelecimento destinatário;

VII - realização da vistoria física e/ou documental, pela SUFRAMA, conforme o canal de vistoria parametrizado;

VIII - disponibilização do internamento na Suframa como evento na NF-e.

Parágrafo único. O registro eletrônico prévio dos dados da NF-e, do Conhecimento de Transporte – CT-e – e do Manifesto Eletrônico de cargas – MDF-e – no sistema de que trata esta cláusula, é de responsabilidade dos respectivos estabelecimentos emitentes.

A Notificada informa que esta autuação não merece ser acolhida porque os PINs-e relacionados aos DANFES listados na autuação foram devidamente emitidos pelo Impugnante, conforme documentação em anexo, razão pela qual a conduta apontada na autuação não foi observada na realidade, e que mesmo que a infração restasse configurada, a não emissão de PIN-e representa mero descumprimento de obrigação acessória, que, portanto, não autoriza a cobrança do imposto e a aplicação da multa trazida no auto impugnado, solicitando desta forma, a improcedência total da Notificação Fiscal ou a transformação em penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

Analisando a documentação anexa à defesa, encontro cópias dos documentos gerados pelo SUFRAMA (fls.38 e 40) para acobertar a remessa das mercadorias dos DANFES 172814 e 172815, onde constam os seguintes dados:

PIN- Protocolo de Ingresso de mercadoria Nacional nº 205530019 e 205530119

Data da Geração: 30.10.2019 às 17:59:17 hs.

Lista de Notas Fiscais Eletrônicas – chave de acesso

29191014986335000135550010001728141000351670

29191014986335000135550010001728151000794219

Dados do destinatário: Araujo & Saraiva Ltda

CNPJ: 07.573.569/0007-80

Cidade: Boa Vista/RR

Razão Social do Remetente: Petyan Indústria de Alimentos Ltda

Baseado nas informações contidas na documentação, apresentada pela Impugnante, entendo que foram cumpridos os procedimentos determinados no Convênio ICMS 134/2019, na remessa das mercadorias em questão para a Zona Franca, antes da ação fiscal.

Ressalto que, com entrada em vigor do Convênio ICMS 134/2019, foi retirado da Cláusula quarta, a obrigatoriedade do registro eletrônico pelo remetente, antes da saída da mercadoria do seu estabelecimento, que existia no Convênio ICMS 23/2008, restando tão somente a obrigatoriedade do registro eletrônico sem data determinada

De tudo exposto, julgo pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº 217449.0180/19-2, lavrada contra **PETYAN INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA**,

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2020.

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR